

ACOLHIDA PRETA: ESTUDANTES NEGROS/AS RECÉM-INGRESSADOS/AS NA UFU/PONTAL E A QUILOMBAGEM.

Janaína Rosa Bernadino; Andrezza Gonçalves Lucas; Evelyn Sampaio Alves; Ketelin da Silva Maciel; Orientadora: Luciane Ribeiro Dias Gonçalves.

Universidade Federal de Uberlândia

Resumo

Para compreender sobre as relações raciais no Brasil faz-se necessário, a partir de uma retomada socio-histórica, analisar quais foram as condições que a população negra vivenciou nesse processo de escravização e posterior acesso à Educação. Na atualidade existem indicadores sociais coletados de órgãos oficiais que comprovam a existência de um hiato social entre negros e brancos no país, demonstrando assim a falsidade desse mito, apesar de que socialmente ainda vigora no imaginário nacional. Assim, o racismo constitui a estrutura da sociedade brasileira que, constantemente impedem a população negra de alcançar direitos, colocando-os em situações de desvantagens, como também trabalham para manutenção da violação dessa população. Diante desse histórico de exclusão da população negra, em especial do acesso e permanência no sistema educacional, quando um/a estudante negro/a consegue reverter essa lógica e acede o Ensino superior, ele encontrará o mesmo ambiente hostil e racista da sociedade em geral. O Núcleo de Estudos afro-brasileiros e indígenas do Pontal – NEABi Pontal tem dedicado desde 2018 a promover a Acolhida Preta na perspectiva de que Abdias Nascimento postulou de quilombagem, concordando com essa prática e acreditando que ela possa ser um momento adequado para a adaptação do/a calouro/a, e na tentativa de dar visibilidade à debates sobre relações étnico-raciais. Entendemos que a Acolhida Preta tem cumprido seu papel em receber calouros/as negros/as com afeto no ambiente universitário.

Palavras-chave: Acolhida Preta, calouro/a, Ensino Superior.

1 Introdução

Este trabalho busca refletir sobre um momento importante na vida do/a universitário: o período de entrada e adaptação ao Ensino Superior. A partir de uma retomada sócio histórica entendemos que várias situações contribuíram para que a população negra fosse condicionada a não estar presente no âmbito acadêmico. Existe a necessidade de formação identitária e educacional que possibilite o acesso dos/as jovens negros/as ao ensino superior, ressaltando a importância do acolhimento negro nesses espaços onde a racionalidade elitista, embranquecedora e eurocentristas predominam.

O trabalho discute fatores de violência na estruturação de uma sociedade racista, priorizando o debate dos direitos da população negra e formas de acesso a oportunidades que se absteve da realidade de tal população durante todo o período escravocrata e de exploração, resultando na concepção de inferioridade entre as raças presentes até os dias atuais.

Com isso, as principais peças de discussão vão se apresentando, nos fazendo perceber que um pensamento normalizado em cima de tais situações em que o povo negro segue marginalizado, com dificuldades em se integrar socialmente e desprovido de uma estrutura socioeconômica se adquire na resultância do racismo institucional, estrutural e estruturante nas relações sociais. Apresenta ainda a atividade Acolhida Preta como uma proposta de bem receber os/as calouros/as negros ingressantes na Universidade Federal de Uberlândia, campus Pontal.

2 Materiais e métodos

Utilizamos estudo bibliográfico e observação participante para este trabalho. Preliminarmente construímos uma análise histórica de como o processo de escravização projetou um imaginário racista e hierarquizante, baseado no mito da democracia racial, até os tempos atuais. Apresentamos a atividade de Acolhida Preta como uma alternativa para a recepção do/a calouro/a negro/a no espaço universitário.

3 Resultados e discussões

Para compreender sobre as relações raciais no Brasil faz-se necessário, a partir de uma retomada socio-histórica, analisar quais foram as condições que a população negra vivenciou nesse processo de escravização. Tal processo marcado pela exploração do trabalho escravo, vigente no período colonial, obtendo a resultância da concepção de inferioridade entre as raças e desumanização do povo negro no âmbito social (MARTINS, 2018).

Dentro deste contexto, a população negra tornou-se marginalizada e oprimida a um sistema escravocrata que se absteve de qualquer política de equidade na correlação entre senhor/ escravizado e opressor/oprimido.

Com o fim do período escravocrata (1530-1888) a população negra adquire uma pretensa liberdade no contexto teórico. Esperava-se que com a abolição da escravização houvesse reparação pelos maus tratos pelos quais a população negra foi exposta, e que,

minimamente políticas públicas de inclusão dessa população então livre pudesse ser feita no mercado de trabalho e na sociedade como um todo. Porém, isso não aconteceu. A população negra não é provida de estrutura, base sociais e econômicas para sua emancipação, mudando a sua condição de escravizado na sociedade brasileira.

Tutelados pelos senhores de escravos, a privação de usufruir dos “bens” possuídos anteriormente a Lei Áurea, não mudou após sanção dela. Os negros libertos encontraram-se desamparados, sem meios de viabilizar sua integração social. Integração imposta até mesmo por meio de legislação e criminalização como a Lei da Vadiagem¹. Entendemos que legislações como estas, ao invés de contribuírem para inserção da população negra à sociedade da época, dificultaram a acessibilidade aos mecanismos básicos, deixando em evidenciar a desigualdade da população negra, que outrora saíra da condição de escravizado (CARVALHO, 2004).

Devido ao não acesso dos negros livres na sociedade como sujeitos dos direitos civis, estes são sujeitados a permanência em territórios periféricos das cidades. Florestan Fernandes, no livro clássico chamado “Integração do negro na sociedade de classes”, coloca que:

Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel. (FERNANDES, 1964, p. 29).

Afirmativas como esta demonstram como o que foi feito consistiu em um caráter de dominação entre os grupos raciais, retirando ainda a responsabilidade dos senhores para com a população negra antes escravizado e agora na condição de liberdade. Ainda, segundo Fernandes o término do período escravocrata foi um “episódio decisivo de uma revolução social feita por brancos e para o branco” (FERNANDES, 1972, p. 46 apud CRUZ p. 30). Na mesma direção Cruz aponta que:

¹ Lei da vadiagem:

Art.59. Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover à própria subsistência mediante ocupação ilícita: Pena – prisão simples, de quinze dias a três meses.

Parágrafo único. A aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastantes de subsistência, extingue a pena.

DECRETO LEI Nº 3.688 DE 03 DE OUTUBRO DE 1941. JUSBRASIL. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11736424/artigo-59-do-decreto-lei-n-3688-de-03-de-outubro-de-1941>. Acesso em 17 maio. 2019.

“[...] os negros, reais vítimas desse modo de produção, não participaram das formulações da ideologia que surgia. Por outro lado, as elites econômicas compostas pela raça dominante, definiram como bem quiseram os rumos políticos, econômicos e culturais que diziam respeito aos agora, ex escravizados (CRUZ, 2017, p.30).

Apesar de todo estigma colocado sobre a população negra:

“(...) erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. (...) A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o 'maior motivo de orgulho nacional' (...). No entanto, "devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país.” (NASCIMENTO, 1971:2002. p.48).

Mesma havendo alguns autores contrapondo a ideia do sociólogo Gilberto Freyre, na sua obra “Casa Grande Senzala”, que foi um dos primeiros a apresentar a ideia do mito da democracia racial, este mito permanece no imaginário social brasileiro.

O mito da democracia racial postula que que brancos e negros vivem nas mesmas condições sociais, e que reina a harmonia nesta relação. Na atualidade existem indicadores sociais coletados de órgãos oficiais que comprovam a existência de um hiato social entre negros e brancos no país, demonstrando assim a falsidade desse mito, apesar de que socialmente ainda vigora no imaginário nacional (MUNANGA, 2004). Por isso, reiteramos que, o racismo no Brasil é estrutural e estruturante nas relações sociais. Segundo autor o Silvio Almeida,

O racismo é definido pelo seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégios que se distribuem entre grupos raciais que se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas (ALMEIDA, 2018, p.27).

Assim, o racismo constitui a estrutura da sociedade brasileira que, constantemente impedem a população negra de alcançar direitos, colocando-os em situações de desvantagens, como também trabalham para manutenção da violação dessa população. Exemplificando essas novas formas de necropolítica² destacamos a dificuldade de acesso no mercado de trabalho expressado pelos altos índices de

² Necropolítica, segundo Mbembe (2018), trata-se “no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais”

desemprego e subemprego da população negra, falta do direito à moradia evidenciado pelo número de população negra que figura na população sem teto, o genocídio da juventude negra revelado nos altos índices de morte de jovens negros/as, e ainda a dificuldade de acesso à educação explicitado na diminuição de presença da população negra quando vão elevando os níveis de escolaridade³. Entretanto, permanece no imaginário social brasileiro o mito da democracia racial, que defende que brancos e negros vivem nas mesmas condições sociais e que é expressada diariamente na desconsideração expressa na desqualificação com relação às lutas dos movimentos negros para superação dessas desigualdades.

Com relação à Educação, dados estatísticos demonstram claramente que a população negra tem uma grande defasagem de acesso, “as informações da PNAD de 1982 indicaram que, no que diz respeito ao acesso ao sistema escolar, uma proporção mais elevada de crianças não-brancas ingressa tardiamente na escola” (1990, p.99). Com relação ao Ensino Superior essa diferença fica mais exagerada. Os dados mostram que a proporção de jovens que se definem como “pardos” e “pretos” nas universidades brasileiras, principalmente naquelas que são públicas e gratuitas, está muito abaixo da proporção desses grupos de cor na população.

Diante desse histórico de exclusão da população negra, em especial do acesso e permanência no sistema educacional, quando um/a estudante negro/a consegue reverter essa lógica e acede o Ensino superior, ele encontrará o mesmo ambiente hostil e racista da sociedade em geral. De maneira geral a universidade prepara-se com vários rituais para apresentar aos calouros/as o espaço novo e a ser descoberto. A instituição como um todo, desde espaço físico, cursos e grupos de estudos de pesquisa e extensão, são apresentados aos calouros/as. Entendendo que essa seja uma iniciativa importante para que o recém-ingresso neste espaço se aposses dos rituais e práticas universitárias. Mesmo com a política de ações afirmativas, lei de cotas, dentro das universidades os/as estudantes negros/as não chegam a ser 50% do público desse universo.

Concordando com essa prática e acreditando que ela possa ser um momento adequado para a adaptação do/a calouro/a, e na tentativa de dar visibilidade à debates sobre relações étnico-raciais, o Núcleo de Estudos afro-brasileiros e indígenas do Pontal – NEABi Pontal tem dedicado desde 2018 a promover a Acolhida Preta na perspectiva

³ Tais dados podem ser comprovados em dados estatísticos de agências como IBGE, IPEA, Fundação Fiocruz entre outras, bem como em pesquisas de pesquisadores como Hasembaig, 1999.

de que Abdias Nascimento postulou de quilombagem⁴. Segundo o Projeto, justifica-se a Acolhida Preta por conta de que:

As dificuldades históricas de acesso da população negra e pobre a Educação Superior precisa ser superada. Nesse sentido, a universidade e seus coletivos necessitam estruturas estratégicas nas diversas áreas que possam contribuir para a permanência dos alunos/as que conseguem acessar esse nível de ensino. Por conta disso, o Nepere/NEABi Pontal promovem a Acolhida Preta como forma de amenizar o contexto excludente do ambiente universitário (Projeto Afrocientistas, Siex).

Mesmo com a inserção de cotistas por auto identificação/afirmação (racial) e social, e mais da metade da população brasileira já se declarar negra desde 2007, ainda permanece sub-representada a população negra no espaço universitário. A organização da Acolhida Preta é uma forma de minimizar a hostilidade da universidade e buscar meios de garantir a permanência dos/as calouros/as negro/as na ICHPon/UFU (Acolhida Preta, Siex).

Inúmeras universidades do país encontram empecilhos para acolher todas os estudantes com suas singularidades e necessidades. As universidades frequentemente se apresentam incapaz de lidar com as consequências das desigualdades estruturais, particularmente, de indivíduos negros e pobres. A Acolhida Preta objetiva:

Promover espaço para vivências, troca de experiências e discussões sobre acesso e permanência da população negra no espaço universitário. Receber aluno/as negro/as que ingressam no espaço do ICHPon/UFU com intenção de esclarecer os diversos processos da universidade, buscando facilitar a permanência deles neste espaço; promover atividades culturais que representem a cultura afro-brasileira no espaço universitário.

A importância de uma atuação preventiva para com os negros na universidade é uma forma de acolhimento e cuidado dentro de um espaço institucional majoritariamente branco, racista e elitista. Já que esse espaço tem marcas do racismo estrutural que é adverso à presença negra e as suas demandas nas universidades, pode ser significativo que o ato de acolher e auxiliar calouros/as dentro do meio acadêmico é um referencial de militância e força para com eles mesmo.

⁴ Eu tenho a direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou (NASCIMENTO, 1989, p.39)

Por meio da Acolhida Preta é facilitada o mapeamento dos universitários/as negros/as, percebê-los/as nesse espaço, respeitar o lugar de onde eles vêm e o contexto no qual eles fazem parte. Entendemos que seja uma atividade mínima que se deve esperar de uma instituição, senda ela pública ou privada. Inserir o acolhimento de forma jurídica e ética, com fins de respeitar a identidade cultural e étnica racial.

Na Universidade Federal de Uberlândia houve três Acolhidas Pretas, com intuito de recepcionar os/as estudantes negros/as ingressantes no círculo acadêmico. A acolhida de 2019 foi estruturada em uma semana com atividades socioculturais baseadas nas temáticas raciais, trazendo a cultura negra dentro desse espaço onde ela é invisibilizada. O racismo vigente na sociedade brasileira não é algo que exclua as universidades brasileiras. Refletindo sobre o racismo na concepção institucional Almeida relata que:

O racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura. As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um dos seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: *as instituições são racistas porque a sociedade é racista.* (ALMEIDA, 2018, p.36).

Ao analisar a importância da Acolhida Preta no ingresso ao ensino superior da população negra, entendemos ser relevantes em prol de fortalecimento de um movimento de resistência dentro de um espaço hostil e predominantemente racista como a universidade. Sendo assim, Acolhida Preta contribui para uma formação identitária no aspecto individual dentro da coletividade e particularidades das vivências e violências direcionada ao povo preto.

4 Conclusão

Deste modo, descrever sobre os obstáculos enfrentados pelo povo preto continuamente, pontuando a importância do acolhimento na sociedade atual é relatado neste trabalho. Cada tópico teve finalidade em refletir sobre aspectos da etnia negra dentro do contexto social ao qual, por alguns anos estava na condição de exclusão devido aos ideais racistas persistentes desde do período colonial, cenário que até na sociedade atual influencia para reforçar o preconceito.

Contudo, o objetivo em retratar sobre esse fato histórico é entender as origens racistas impostas a população negra que permanecia na condição de possuir seus direitos civis retidos. A dominação consistiu em modo eminente, mesmo com leis no

papel, impediram integrar os negros libertos a sociedade impondo uma liberdade falsa. Ausência de assistência após lei Áurea (1888), quantia objetivo reforça racismo para pertinente submissão das etnias.

Tais efeitos contribui para situação atual ao qual a população preta resiste em reafirmar sua participação como cidadão no âmbito social, essa relação é retratada no cotidiano acadêmico neste trabalho, citando o sistema de distribuição a cotas raciais. A função deliberada através dessa citação é promover reflexão, como período escravista século XV a XVIII contribuí em parcelas gerais para constituição de leis asseguradas como forma de compensar ao realizado nestes momentos da história brasileira.

Assim ,modo ao qual contexto presente relaciona com período de escravatura é exposto nas páginas anteriores demonstrando a intenção por detrás toda concepção em compensar algo na atualidade , com análises sobre o assunto compreende as afirmativas expostas de forma nítida pois elaboração do sistema de cotas , método distribuindo uma parcela com finalidade em integrar negros (de acordo com IBGE) aos meios acadêmicos e outras áreas. Compreender sobre todo contexto histórico impregnado neste sistema predominantemente a alguns anos faz necessário para entender sua concepção.

Contudo a integração do povo preto em aspectos geral consolida dificuldades pois os valores como período abolicionista contribui para obstáculos em integrá-los a sociedade. Retratar sobre importância dentro da Acolhida Preta ressalta algo amplamente importante, através desse acolhimento fortalece as relações entre todos integrantes da etnia preta auxiliando maior desenvolvimento a entender sua identidade. Nesta perspectiva, integrar no âmbito acadêmico a dificuldade pois passar por determinadas situações, descritas em tópicos anteriores sendo uma realidade presente na população negra.

O ato em acolher mencionado no trabalho, ou a quilombagem, descreve vivência ao qual discentes aproximaram auxiliando no desenvolvimento do integrar o povo preto compreende desta maneira como abraçar outros discentes amplamente fundamental para integra-los no ato de reafirma sua etnia preta , temer não é algo mais opção , no presente momento a Acolhida íntegra os discentes ingressantes de forma ao qual sinta abraçado em esfera acadêmica mesmo impostas várias empecilhos com propostas de atividades iguais essa contribuí na permanência dos negros ingressantes.

Concluí, a finalidade exposta neste trabalho, consiste a reflexão sobre influência do século da escravatura abolicionista em concepção atual contribuindo para determinar o

impedimento a inserção do povo preto no âmbito acadêmico. O propósito na utilização das referências relatadas consiste em pontuar aspectos da etnia negra em vivências atuais. A relação estabelecida neste trabalho caracteriza inter-relação introduzidas em ambas descrições, as construções objetivas consolidam em necessárias para relatar os assuntos descritos, os mecanismos utilizados na elaboração a este trabalho. Expondo algumas análises contextuais frases e pensamentos de autores, em formato geral considera relações étnico-raciais como precursor de refletir a afirmação dos direitos ao qual dispõe.

Referências

BAGGI, C. A. S.; LOPES, D. A. L. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 2, p. 355-374, jul. 2011.

BELETTATI. Dificuldades de alunos ingressantes na universidade pública: indicadores para reflexões sobre a docência universitária, Tese, orientador: Maria Isabel de Almeida, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2011.

Carvalho, J. (2001). Princesa Isabel e a ideologia do branqueamento: Zumbi dos Palmares e o Movimento Negro. *Revista Urutagua*, 1(2). Recuperado em 5 de março, 2013, de <http://www.urutagua.uem.br//02jairo.htm>.

DUBET, F. O que é uma escola justa? *Cadernos de Pesquisa*, v. 34, n. 123, set./dez. 2004. ____ Mutações cruzadas: a cidadania e a escola. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

____ Os limites da igualdade de oportunidade. *Cadernos Cenpec*, São Paulo, 2012, v.2, n.2, p.171-179, dez. 2012.

EZCURRA, A. M. Os estudantes recém-ingressados: democratização e responsabilidades das instituições universitárias. In: PIMENTA & ALMEIDA (Orgs). *Pedagogia Universitária*. São Paulo, EDUSP, (2009).

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1972.

FERNANDES (Florestan). — **A integração do Negro na sociedade de classes**. Dominus Editora. São Paulo, 2 vols. 655 págs., 1965. 19 Vol. "O legado da raça branca". 29 Vol.

Hasenbalg, Carlos A.; Silva, Nelson do Valle; Lima, Márcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1999.

MARTINS, S. Mireile. **Educação para as relações étnico-raciais no processo de formação em serviço social.** Disponível em: <https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1530118696_ARQUIVO_ResumoexpandidoCOPENE-MireileMartins.pdf> . Acesso em 01. mai. 2019

Munanga, K. (2004). Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica.

NASCIMENTO, Abdias (2002) “O Quilombismo”. In Abdias Nascimento. O Quilombismo. Brasília/Rio de Janeiro: FCP/OR editor, pp. 255 -295.

SILVA FILHO, R. L. L. et al. A evasão no ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set/641-659, set./dez 2007. ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação, 2006, v. 11, n. 32, pp. 226 – 237. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf>